

O pesquisador Anderson Pellegrino: enfoque especial para o Nordeste

Novas propostas para m

Aspectos importantes do subdesenvolvimento do Nordeste estão contemplados em duas pesquisas de pós-graduação da Unicamp. Dissertação de mestrado de Anderson Pellegrino resgata parte do pensamento do economista Celso Furtado para refletir sobre o atraso da região, em particular, e do país, no geral. Em seu trabalho de pós-

Nas sombras do subdesenvolvimento

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

A continuidade do processo de construção do Brasil como nação tem como condição indispensável a elaboração e execução de um projeto nacional que cumpra o papel de articulador das políticas de desenvolvimento nos âmbitos municipal, estadual, regional e nacional. A conclusão faz parte da dissertação de mestrado de Anderson César G. T. Pellegrino, defendida no início de outubro junto ao Instituto de Economia (IE) da Unicamp. O trabalho, intitulado “O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro”, resgatou parte do pensamento de um dos mais respeitados economistas brasileiros para fazer uma crítica contundente às recentes teorias de desenvolvimento econômico de visão localista, que segundo o autor estariam sendo assimiladas de forma indiscriminada tanto por uma parcela da academia quanto dos gestores públicos.

De acordo com Pellegrino, o desenvolvimento regional no país vive uma crise, agravada pelo atual quadro de transnacionalização do capitalismo, fenômeno mais conhecido como globalização. O pesquisador, que reserva um enfoque especial para o Nordeste em sua dissertação, considera que atualmente existe uma ameaça à continuidade do processo de formação do mercado interno e constituição do sistema econômico nacional, na medida em que as partes são pensadas de modo isolado e em possível detrimento do todo (nação). No seu entender, ao exacerbar rivalidades regionais, como a guerra fiscal entre estados e municípios, esse movimento cria o risco de rompimento de vínculos inter-regionais históricos nos segmentos financeiro, comercial e produtivo. “No limite, esse processo pode inviabilizar o processo de construção do Brasil como nação”, adverte.

Pellegrino dividiu a sua pesquisa, orientada pelo professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior e financiada pela Fapesp, em três blocos. No primeiro, ele promoveu o que chama de constatação da crise do desenvolvimento econômico regional. Depois, ele identificou alguns dos principais pensadores contemporâneos que têm oferecido arcabouço teórico para interpretação dessa realidade, constatando uma crise da teoria do desenvolvimento regional. O pesquisador considerou cerca de uma dezena de autores, a maioria estrangeira, adepta da visão localista do processo de desenvolvimento econômico. “Esses teóricos rejeitam o estado nacional e a escala nacional como elementos, ator e campo, respectivamente, da ação política e econômica. Eles dão pouca atenção à necessária articulação produtiva, comercial e financeira entre as regiões de um mesmo país. Isso é especialmente grave para uma nação como o Brasil, que tem um território de dimensões continentais e que apresenta profundas desigualdades econômicas e sociais”, afirma.

Na terceira parte da dissertação, Pellegrino resgatou as teorias defendidas por Celso Furtado, de modo a oferecer propostas para enfrentar o problema do subdesenvolvimento brasileiro, no geral, e nordestino, em particular. Conforme o pesquisador, Furtado, que foi o fundador da Supe-



Para Celso Furtado, o Nordeste é “uma região que representa o subdesenvolvimento dentro do subdesenvolvimento”

rintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e seu primeiro comandante, sempre considerou o papel da escala nacional e do estado nacional no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse ponto, Pellegrino faz um alerta. “Minha dissertação não teve a intenção de exaltar um nacional-desenvolvimentismo extemporâneo e acrítico. Tampouco tive a intenção de condenar arbitrariamente as políticas de desenvolvimento direcionadas exclusivamente ao âmbito local. Meu intuito foi chamar a atenção para o fato de que há espaço para políticas de desenvolvimento em todas as escalas geográficas (nacional, regional, estadual e municipal), desde que a orientação

dessas políticas responda a um projeto maior, uma agenda nacional, capaz de determinar em que bases materiais e institucionais deve se assentar o processo de desenvolvimento da nação e suas partes”, sustenta.

Para Furtado, esclarece Pellegrino, o esforço de construção nacional passa necessariamente pelo desenvolvimento equilibrado das várias regiões brasileiras. Trata-se, em outros termos, de um projeto de homogeneização regional, com foco na evolução social e produtiva do país. “A redução das disparidades regionais é fundamental. Ainda temos um quadro de grande concentração da riqueza em alguns poucos estados, enquanto em outros ainda ob-

servamos grande pobreza. Essas diferenças bloqueiam a superação do subdesenvolvimento”, diz Pellegrino. As propostas de Furtado para a reversão dessa situação no Brasil são claras, segundo ele.

Antes de tudo, Furtado afirma ser necessário refundar o pacto federativo e recuperar o planejamento nacional e regional. Ou seja, o Brasil precisa saber até onde quer ir e que caminho seguirá para atingir esse objetivo. Também é preciso, conforme o fundador da Sudene e atual membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), definir a inserção do país na economia mundial como um elemento ajustável aos objetivos do desenvolvimento regional e nacional. Traduzindo, o

Brasil não deve se fechar para o mundo, mas tem que assegurar, por exemplo, que o ingresso no movimento de globalização dos mercados não comprometa a sua própria construção. Por fim, sustenta o pensador, é indispensável a participação do estado nacional como articulador do processo de homogeneização estrutural (social, produtiva e regional) do país.

Atraso – De acordo com Pellegrino, os modelos localistas de desenvolvimento econômico podem se mostrar especialmente danosos para o Nordeste, definido por Furtado como “uma região que representa o subdesenvolvimento dentro do subdesenvolvimento”. Na opinião do autor da dissertação, o atraso nordestino responde a uma natureza atávica. Sua origem está na estrutura socioeconômica excludente e rígida estabelecida ainda no século XVI pelos senhores de engenho. “Graças a essa estrutura, uma mesma classe dominante permaneceu no poder, mesmo em face de eventuais crises, como a do açúcar”, explica. O atraso do NE ficou evidente com a prosperidade experimentada pelo Sudeste, em razão do café. E tornou-se ainda mais marcante a partir do século XX, quando este último passou a viver o processo de industrialização. “A partir daí, criou-se o que Furtado chamou de uma relação centro-periferia interna à nação, com o Nordeste cumprindo o papel da periferia. A região passou, então, a ser um mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra para o Sudeste”.

Mesmo com a industrialização do NE a partir da segunda metade do século XX, sob o incentivo da Sudene, o quadro local de subdesenvolvimento não sofreu grandes alterações, ainda que a região tenha apresentado saltos de crescimento econômico. Um dos motivos é o profundo atraso da região, acumulado durante séculos. Uma outra razão é que essa “modernização” ocorreu com um simples reflexo do que houve no Sudeste. “Na verdade, foi um processo de mimetismo, no qual reforçou-se, mais uma vez, a dependência cultural, tecnológica e financeira do Nordeste frente ao Sudeste. A industrialização do Nordeste teve como intuito atender a uma demanda restrita, ou seja, o conjunto da população não se beneficiou significativamente desse processo em termos de aumento do consumo local, da geração de emprego e da distribuição da renda, por exemplo”, analisa o autor da dissertação.

As propostas de Furtado para o desenvolvimento econômico do Nordeste, sustenta Pellegrino, guardam profunda sintonia com a promoção do desenvolvimento nacional e preconizam, entre outras iniciativas, a revitalização da Sudene, que ficaria responsável pela elaboração e execução de uma política que seguisse a linha do que classificou de “federalismo regionalizado”. Ainda segundo Furtado, é fundamental a utilização do potencial criativo da população nordestina para a resolução dos problemas locais. A democratização da terra e da educação, no entender do pensador, são condições essenciais para integrar a sociedade ao processo de desenvolvimento da região. Se nada disso for feito, destaca o economista, a tendência é que a região – e por associação o próprio país – tenha o seu quadro de subdesenvolvimento agravado frente à nova ordem mundial.

udar o velho Nordeste

José Vieira
Camelo Filho: “Há
muito a ser feito”

doutorado, José Vieira Camelo Filho faz uma análise profunda das políticas públicas executadas com o objetivo de “revitalizar” o semi-árido, mas que não proporcionaram o avanço desejado. Mais do que pensar a questão nordestina, os estudos trazem propostas para o enfrentamento dos problemas diagnosticados.

Nas margens do rio São Francisco

Ao conferir de perto o drama dos nordestinos diante da seca, há cerca de 150 anos, o imperador Dom Pedro II afirmou que venderia as jóias da Coroa, se preciso fosse, para socorrer aquela gente. Ato contínuo, determinou que fossem iniciados estudos para verificar a viabilidade da transposição das águas do Rio São Francisco. Decorrido um século e meio, o projeto continua no plano das intenções das autoridades centrais. Nesse período, governos civis e militares executaram outros programas voltados para a “revitalização” da região do semi-árido. Foram registrados erros e acertos. Mas mesmo as ações exitosas, como a introdução da fruticultura irrigada, não foram suficientes para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre, a mesma que sensibilizou o monarca. “Do ponto de vista do empreendedorismo, ocorreram alguns sucessos. Porém, no que se refere à questão da inclusão social, ainda há muito a ser feito”, afirma o pesquisador José Vieira Camelo Filho, o Zuza, que está em vias de concluir uma tese de pós-doutorado intitulada “Rio São Francisco: Problemas e Soluções. Uma questão de políticas públicas”.

Embora ainda sejam preliminares, uma vez que o estudo deverá estar encerrado apenas em fevereiro de 2004, as conclusões de Zuza sobre os avanços pontuais proporcionados pelas políticas públicas levadas a cabo no Vale do São Francisco nos últimos 50 anos estão bem fundamentadas. Além de valer-se de um aporte teórico consistente, o pesquisador, que é doutor em economia ambiental, promoveu uma expedição solitária que percorreu dezenas de municípios nordestinos, localizados desde a nascente até a foz do Rio São Francisco. Nesse périplo, o autor da tese teve a oportunidade de observar os avanços e conflitos gerados pelos programas governamentais. Mais do que isso, pôde colher a impressão dos próprios moradores sobre a situação atual da região. “Eu costumo dizer que conversei com todos os ‘pés’ possíveis: prefeitos, pobres, pretos e prostitutas”, conta Zuza.

Para compreender o estágio atual do povo e das cidades situadas no Vale do São Francisco, no entanto, é preciso fazer um recuo na história. Zuza lembra que a primeira ação concreta para a revitalização do semi-árido nordestino ocorreu com o advento da Constituição de 46. A Carta destinou, por um período de 20 anos, 1% do orçamento fiscal da União para aplicação no desenvolvimento da região. Dois anos depois, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), encarregada de formular e executar os programas. “A pesar de contar com um volume significativo de dinheiro e de focar os principais problemas da região, a CVSF não obteve grande sucesso nas suas ações, em razão de dificuldades de ordem técnica e política”, afirma o autor da tese. Segundo ele, a saúde e a educação foram os setores menos atacados pelos planos.

A CVSF atuou até 1967, quando foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), também com o objetivo de desenvolver a região. O problema, porém, é que as ações já não contavam mais com recursos carimbados. Em outras palavras, os investimentos ficaram sujeitos aos humores do governo militar. “Os militares reduziram a atividade da CVSF e decidiram atuar, particularmente, em projetos de



Cenas do Vale do São Francisco: colheita de uva no semi-árido (acima), “gaiola” atracada (abaixo, à esquerda) e pesca com rede



irrigação da agricultura e de colonização do Vale do São Francisco. O sucesso dessas intervenções, todavia, não foi grande”, diz Zuza. Por fim, a CVSF foi sucedida, a partir de 1974, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), empresa que atua até hoje e está vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Conforme Zuza, a Codevasf obteve sucesso com o plano de introdução da fruticultura irrigada, sobretudo a partir do final da década de 70, no Submédio São Francisco. Em meados da década seguinte, parte da produção já estava sendo destinada à exportação. Isso, de alguma forma, revigorou a região, mas não foi suficiente para promover o resgate social da população mais carente, como apontam os movimentos populares locais. De acordo com o autor da tese, 51% da

O São Francisco

Nascente: Serra da Canastra - Minas Gerais
Foz: Oceano Atlântico - entre Sergipe e Alagoas
Comprimento: 2.700 km
Área da bacia: 640.000 km²
Vazão média anual: 2.980 m³
Volume de água nas barragens de Sobradinho, Itaparica, Xingo e Moxotó: 50,9 bilhões m³
Municípios localizados na Bacia: 500
Fornecimento de energia elétrica: 30 milhões de pessoas

produção está nas mãos de empresas, ficando o restante aos cuidados de pequenos e médios agricultores. Além disso, o programa criou uma outra distorção. Muitos produtores rurais que lá atuam vieram de fora.

Pelos cálculos dos movimentos sociais do Vale do São Francisco, cerca

de 30% dos agricultores da região venderam suas propriedades, inclusive para pessoas de outros estados. Isso aconteceu, conforme Zuza, justamente porque, com a sofisticação da produção, não sobrou lugar para camponeses analfabetos e sem grandes recursos financeiros para conquistar novos mercados. “É por isso que, do ponto de vista do empreendimento, esse projeto foi um sucesso. Entretanto, ele não foi capaz de cumprir a sua meta original, que era promover a inclusão social da gente mais sofrida daquele rincão”, analisa.

A persistência do quadro de exclusão, diz o pesquisador, pode ser traduzida em números. Algo como 25% dos habitantes do Vale do São Francisco são analfabetos, isso sem falar nos que sabem assinar o nome, mas têm dificuldades para ler e escrever. Ou-

tro dado que ajuda a reforçar o cenário de subdesenvolvimento é a situação do saneamento na região. Segundo Zuza, somente cinco municípios têm esgoto tratado, o que traz impactos negativos não apenas para o meio ambiente, mas também para a saúde. Como se não bastasse, existe ainda o problema da concentração de terra. Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 54% dos proprietários detêm algo como 4% das áreas agricultáveis. Entretanto, um outro grupo, formado por apenas 0,1% dos produtores rurais, possui a mesma quantidade de terras.

Na opinião de Zuza, que iniciou sua pesquisa no Instituto de Economia (IE) e depois a transferiu para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp - “para ampliar o leque de abordagens e não se ater apenas ao aspecto econômico -, alguns problemas precisam ser fortemente atacados pelas políticas públicas que objetivem promover, de fato, a inclusão social de uma parcela importante da população do Vale do São Francisco. O primeiro deles, elenca, é a educação. Paralelamente, é necessário elaborar projetos que assegurem o desenvolvimento sustentado da região e que valorizem a cultura local. “Falta, ainda, estabelecer uma maior sintonia entre os ministérios a serem envolvidos no esforço (Minas e Energia, Turismo, Agricultura, Meio Ambiente, Economia etc), de modo a obter resultados mais significativos. Atualmente, essa integração ocorre, mas em situações pontuais”, diz Zuza. Obedecidas essas premissas, o plano exigirá, ainda, disposição e dinheiro, ainda que este último não possa mais vir da venda dos bens da Monarquia.

Transposição - De acordo com o autor da tese de pós-doutorado, que está sendo orientada pelo professor Ricardo Maranhão, do IFCH, a questão da transposição das águas do rio São Francisco é um assunto recorrente quando se discute um plano global de desenvolvimento do semi-árido nordestino. Como já foi dito, a primeira referência à obra surgiu ainda no Império. Ao longo da República, a intervenção também foi cogitada por vários governos, inclusive o atual. Os debates em torno do assunto sempre foram marcados por intensa polêmica. Mais recentemente, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi elaborado um projeto que previa investimento da ordem de US\$ 5,2 bilhões para a execução dos trabalhos, num horizonte de 20 anos.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem promovido alterações no projeto. Cogita, inclusive, executar também a transposição das águas da Bacia do Tocantins, para suprir as necessidades da do São Francisco. As estimativas atuais dão conta de que as duas intervenções gerariam um investimento próximo de R\$ 24 bilhões. Além disso, quando todos os canais do Rio São Francisco estiverem funcionando, eles gerarão um custo operacional de US\$ 130 milhões ao ano. Esses números, assim como os eventuais impactos das obras para o meio ambiente e a situação socioeconômica da região, continuam sendo alvo de muitas divergências entre ambientalistas, políticos e lideranças comunitárias. A expectativa dos nordestinos é que as discussões não adiem as ações por mais 150 anos. (M.A.F.)